

Batista, Ronaldo de Oliveira: *Cinco perguntas sobre histórias da linguística*. São Paulo, Parábola Editorial, 2025, 110 pp.
ISBN: 978-85-68326-66-4

Ronaldo de Oliveira Batista propõe, nesta obra concisa e reflexiva, uma abordagem metateórica sobre a escrita da história da linguística. Longe de apresentar uma cronologia factual ou uma narrativa linear dos eventos e autores da disciplina, o autor convida o leitor a pensar criticamente sobre os modos de narrar essa história. O livro, estruturado em cinco capítulos temáticos, cada um dos quais, por sua vez, centrado numa pergunta que funciona como chave para a realização de uma leitura crítica, é, portanto, menos uma história da linguística e mais uma reflexão sobre como essas histórias são construídas, legitimadas e utilizadas.

A porta é-nos deixada entreaberta logo na "Introdução" (9-16): estaremos autorizados a reescrever a História? Melhor dito, enquanto produtores e recetores dessa mesma História podemos ousar reinterpretar o passado e "mudar" a narrativa histórica seja ela de caráter político, didático, linguístico ou cultural, de entre outros domínios suscetíveis de enumeração? No entender de Batista, o suposto retrocesso epistemológico que dar este passo implica não significa a assunção do erro no que concerne aos eventos, atores, ideias, contextos e/ou contendas teóricas que determinaram, e continuam a determinar, o seu entendimento num dado período de tempo e por um conjunto específico de sujeitos, mas, sim, o reconhecimento de que a Historia, enquanto organismo vivo — não fosse ela resultado da ação humana em constante transformação —, se reconstrói à revelia de quem defende que "só se avança temporalmente em sentido unilinear e progressivo" (Batista 2025, 11). Isto é, toda a narrativa histórica é, por natureza, passível de ser reinterpretada, problematizada e alterada no sentido de responder a novos desafios, problemas e necessidades práticas. Reconstruí-la evidencia, aliás, que continuamos comprometidos não só com a verdade (ainda que esta noção não deva ser entendida à luz dos parâmetros de "verdade absoluta", tendo em conta o que será exposto ao longo da presente recensão), mas também com a pluralidade de vozes que trazem para a mesa de discussão novas perguntas, novas fontes e novos olhares sobre "os objetos de análise [que devem ser] revistos explicativamente diante de novas conceções teóricas e perspetivas intelectuais" (2025, 53). Batista vai assim ao encontro do defendido por Burke, segundo o qual os

narradores históricos necessitam encontrar um modo de se tornarem visíveis em sua narrativa, não de autoindulgência, mas advertindo o leitor de que eles não são oniscientes ou imparciais e que outras interpretações, além das suas, são possíveis (1992, 337).

Demonstrada a importância de lermos criticamente a História — orientaremos, a partir de agora, para "a curiosidade e as reflexões a respeito das línguas e das propriedades da linguagem [...] como meio de expressão e comunicação [que impulsiona] indagações e respostas [...] denominadas de IDEIAS LINGUÍSTICAS, ou CONHECIMENTO LINGUÍSTICO" (Batista 2025, 10) — decidimos abrir a porta e entrar. Embora antecipasse a nossa chegada e vontade de saber, Batista recebe-nos não com respostas, mas com perguntas: O que é uma história da linguística?; Em uma história da linguística, observar o quê?; De onde vêm os dados para uma história da linguística?; Como narrar uma história da linguística? e Para que servem histórias da linguística? A frequência com que encontramos estas questões nos manuais da disciplina — entenda-se, aqui, História — que lhes dá o nome ou com que as empregamos ao iniciar o estudo do texto narrativo, por exemplo, em Português, tranquiliza-nos quanto ao bom desempenho no referido teste. Contudo, não se esperam de nós respostas conceptuais sobre a visão da História como reconstituição de factos, nem sobre os conteúdos, as fontes, os métodos ou as finalidades que a orientam, mas antes uma reflexão crítica sobre as múltiplas formas de a pensar e construir, neste caso, a História da Linguística, cujo objeto de estudo — a evolução do conhecimento linguístico — nos individualiza, de entre todas as espécies — não esqueçamos que a linguagem é a faculdade que nos permite pensar, comunicar e promover, consequentemente, o "desenvolvimento sociocultural da humanidade" (Batista 2025, 10).

Para que as nossas respostas não se desviem do percurso analítico pretendido, Batista começa por expor a perspetiva adotada na sua obra indicando que "as histórias da linguística são elaboradas a partir de uma delimitação teórica-metodológica específica: a Historiografia Linguística" (2025, 17). Consciente do caráter polissémico destes dois conceitos — história e historiografia —, o autor define, também, os contornos teóricos com que os mobiliza ao longo da sua obra, nomeadamente: "conjunto de eventos e fatos do mundo [...] [e] estudo analítico desse conjunto de eventos e fatos [, respectivamente]" (2025, 18). Fica claro, portanto, que Batista acolhe a distinção entre História e Historiografia da Linguística traçada por Swiggers, valendo-se igualmente dela como ponto de partida para uma reflexão crítica sobre os mecanismos que moldam o discurso historiográfico. Para Swiggers (2010), a historiografia linguística não se limita à narração cronológica dos factos ou à simples descrição de teorias passadas; trata-se, antes, de um campo interdisciplinar que procura compreender os processos pelos quais o saber linguístico foi construído, condicionado e transmitido.

Partindo deste pressuposto, comprehende-se, com maior facilidade, quer a rejeição de uma visão linear e acumulativa da evolução desse conhecimento linguístico — propondo o autor, em contrapartida, uma leitura que privilegie a pluralidade de olhares, os enquadramentos ideológicos e os contextos "intelectual,

social e institucional" (Batista 2025, 23) que influenciam a produção, divulgação e acolhimento desse conhecimento —, quer a recusa da alegada imparcialidade do historiador, dado que qualquer narrativa historiográfica, como referido antes, está inevitavelmente atravessada por opções teóricas, orientações ideológicas e interesses determinados, não fosse ela, nas palavras do mencionado autor: "uma análise reflexiva sobre o conjunto de evidências de fatos e eventos selecionados pelo historiador" (2025, 21).

Importa referir, contudo, que Batista não fundamenta os seus argumentos exclusivamente nas ideias delineadas por Swiggers, uma vez que a sua abordagem demonstra ser igualmente tributária da tradição crítica associada a intelectuais e historiógrafos como Konrad Koerner (1939-2022), cuja obra é representativa de uma tradição crítica que pugna por uma reconstrução histórica rigorosa do ponto de vista técnico, metodológico e factual. Trabalhos como "What is the History of Linguistics Good for?" (1999) e *Toward a Historiography of Linguistics - selected essays* (1978) ilustram essa postura, ao defenderem uma abordagem historiográfica desprovida de distorções interpretativas, de leituras romantizadas ou glorificadoras e de narrativas pautadas por linearidade e progressão temporais (Batista 2025). A influência de Koerner na visão perspetivada na obra em análise manifesta-se, mais uma vez, na natureza do saber produzido no domínio da Historiografia Linguística. Melhor dito, Batista define-a, de igual modo, como

tipo de conhecimento [...] metateórico, [...] estudo sistemático (com pressupostos teóricos e métodos específicos) do conhecimento linguístico, com o objetivo de descrever e analisar como se pensou sobre a linguagem e as línguas ao longo do tempo em diferentes tradições culturais, sociais e políticas (2025, 22-23).

No âmbito da Historiografia Linguística, são assim objeto de análise não apenas gramáticas, dicionários, manuais, teorias e/ou métodos, mas também políticas linguísticas, processos de ensino-aprendizagem de línguas e os diversos agentes envolvidos na criação, difusão e acolhimento desses materiais. Estes elementos refletem diferentes dimensões de conhecimento (nomeadamente: especulativo, prático e técnico) e só podem almejar a ser verdadeiramente entendidos se houver uma articulação entre os períodos da sua constituição e a forma como foram trabalhados por disciplinas como: a "história do ensino de línguas, a história de teorias e práticas retóricas, a história da etimologia e as reflexões sobre a origem das línguas" (2025, 25). Ainda que, conforme aponta Batista, "a partir do século XIX e com mais destaque após Ferdinand de Saussure" (2025, 25) seja admissível falar, com a emergência da linguística, em autonomia disciplinar, a verdade é que

um cientista e intelectual consciente do passado de seu campo de atuação tem [...] a possibilidade de reconhecer de modo sensato e não ingênuo a sua área, seus diálogos interdisciplinares, suas revisões teóricas e tradições de pesquisa que orientam a produção científica e intelectual (Batista 2025, 29).

Respondida a primeira questão, deparamo-nos com um novo desafio: de que modo deve ser concebido o conhecimento linguístico? Ou seja, que dimensões devem ser tidas em conta pelo historiador da linguística aquando da elaboração de narrativas que visem representar e interpretar esse saber? Compreender a produção, difusão e acolhimento de diferentes formas de conhecer a linguagem e as línguas implica considerar a existência de três dimensões/pontos de vista, designadamente: o cognitivo ou teórico, plasmado nos documentos históricos sob a forma de "dados/informações/teorias/abordagens" (Batista 2025, 31); o social, que se relaciona com os diferentes contextos em que se movem e operam os agentes linguísticos — sejam aqueles de caráter educacional, intelectual, político ou cultural — e o histórico, que situa esse conhecimento num dado período de tempo e no seio das redes de relações sociais que envolvem esses sujeitos linguísticos. Não incluir uma dessas dimensões compromete, inevitavelmente, a integridade da análise linguística. Como explica Batista, as dimensões cognitiva e social determinam a seleção de parâmetros internos (temas, conteúdos, procedimentos metodológicos, contendas intelectuais...) e externos (inserção social, posicionamento científico, profissionalização, domínios e formas de atuação dos agentes linguísticos...) de análise, os quais, no âmbito da sua proposta historiográfica, incidem sobre conceitos teóricos específicos, tais como: "ideologia linguística, clima de opinião, programas de investigação [e] grupos teóricos" (2025, 35). Para que atuemos com rigor e de forma sustentada, no momento de problematizar as formas como a história do conhecimento linguístico é construída, interpretada e narrada, somos ainda alertados pelo autor para a necessidade de reconhecer que nem todo o conhecimento se estrutura a partir de relações causais lineares (ou seja, relações de causa e efeito), embora não se possa negar que interesses práticos, sociais, políticos e/ou económicos exercem alguma influência na produção epistemológica. Feitas estas ressalvas, passamos a uma análise mais aprofundada dos três pontos de vista anteriormente referidos. No que concerne à dimensão cognitiva, importa destacar o modo como os produtores e recetores da linguagem e das línguas constroem a sua conceção linguística; isto é, o quadro metodológico que orienta a identificação, compreensão e categorização dos fenómenos linguísticos — nomeadamente: "práticas de observação, análise, tratamento, ensino, abordagens variadas" (Batista 2025, 38) ou, citando Swiggers,

conjunto de "instrumentos" e "agenda" de pesquisa que constituem a base e o guia de uma investigação historiográfica personalizada: cada historiador estabelece uma metodologia pessoal, em face do objeto de estudo e em consonância com seus interesses, seu conhecimento, seus objetivos (2013, 48).

Já em 1981, como nos recorda Batista (39-45), Swiggers propunha que a história do pensamento linguístico fosse conduzida com base na noção de programas. Isto é, a partir de um sistema coerente de princípios teóricos e metodológicos, que

congregasse uma pluralidade de abordagens, compromissos intelectuais e critérios de aplicação partilhados por determinados grupos e comunidades, responsáveis pela sua legitimação. Seria possível, assim, realizar uma análise historiográfica segundo uma lógica de temporalidade não progressiva, a qual possibilitaria, por sua vez, não só identificar temas recorrentes, como também observar as diversas formas como os mesmos foram tratados por diferentes sujeitos em contextos temporais distintos. A recuperação da proposta de Swiggers por Batista facilita a compreensão quanto à inerência da competição e coocorrência de programas ao longo da história, bem como quanto à influência que os interesses e contextos sociais que os sustentam exercem na sua aceitação ou rejeição.

Ao alinhar-se com as ideias de Swiggers e de outros autores, Batista perde, por vezes, o seu protagonismo na obra. No entanto, a exigência de revisões que incorporem novas correntes e convergências nas ciências da linguagem — lacuna atribuída ao modelo defendido pelo seu mentor (enquadramento programático), o qual se ajustaria a "tradições intelectuais não impactadas pela ação de demandas de natureza social ampla, como vai ocorrer [...] a partir dos anos 1800" (Batista 2025, 45) — permite-lhe assumir um lugar de maior centralidade nesta parte do livro.

Poderá o conhecimento linguístico ser perspetivado, apenas, no seio da instância de produção? Existiremos, enquanto autores, sem o olhar legitimador do outro? E esse outro, interrogar-se-á sobre a nossa presença, quando dela não há vestígios? Instigados, desde o início da obra, a repensar os fundamentos da historiografia linguística, damos por nós, naturalmente, a formular questões que favorecem o acompanhamento e compreensão dos argumentos desenvolvidos pelo autor. Concluímos, assim, que nenhum saber linguístico se constitui fora da experiência vivenciada nos espaços sociais e comunicativos em que nos deslocamos. A produção, difusão e interpretação (recepção) do saber linguístico são instâncias constitutivas da sua natureza que "materializam a definição de Historiografia Linguística como prática analítica [...] sobre a linguagem" (Batista 2025, 47). Espera-se que os historiógrafos examinem, assim, não só o comportamento/atuação dos agentes de produção e as formas de circulação do conhecimento linguístico, mas também o modo como esse conhecimento foi acolhido. Ou seja, a "prática científica e intelectual [...] [deve ter] em conta [...] [os] modos pelos quais agentes de conhecimentos circunscrevem-se em modos de convivência que validam ou não saberes em um recorte histórico" (Batista 2025, 48). Essa aceitação ou refutação do saber epistemológico pressupõe, naturalmente, que relações prévias de cooperação, acomodação, competição e conflito tenham sido estabelecidas por "comunidades intelectuais" - designação adotada por Batista, em substituição da empregue por Murray (1994) — grupos teóricos —, por ser considerada mais ajustada à contemplação de "qualquer

produção de conhecimento sobre a linguagem" (2025, 49). Face ao exposto, comprehende-se o ponto de vista de Bourdieu ao afirmar que

as oportunidades que um agente singular tem de submeter as forças do campo aos seus desejos são proporcionais à sua força sobre o campo, isto é, ao seu capital de crédito científico ou, mais precisamente, à sua posição na estrutura da distribuição do capital (2004, 25).

À luz desta dinâmica, os pesquisadores operam dentro de um sistema social que define, em cada período, os temas que podem ser investigados, os discursos que podem ser divulgados e os saberes que podem ser ensinados. Consequentemente, observar a história ajuda-nos, também, a entender como o passado, o presente e o futuro se relacionam, revelando que estamos inseridos num processo contínuo de mudança e significado. Ou seja, a par da influência dos contextos em que nos movemos no processo de interpretação do conhecimento linguístico devemos igualmente avaliar o impacto que os acontecimentos e agentes históricos têm na construção desse conhecimento. Esta análise implica, inevitavelmente, que se revejam e atualizem as conclusões anteriormente formuladas.

Importa, no entanto, não esquecer, recuperando as explicações dadas por Batista aquando da resposta à primeira pergunta, que "uma historiografia é sempre um recorte seletivo sobre a História" (2025, 18). Melhor dito,

o tempo problematizado pelos historiógrafos pode colocar em evidência que todo o relato histórico é tentativa de compreensão de eventos a partir de perspectivas seletivas e não é, portanto, reprodução passiva de uma cronologia (Batista 2025, 57).

Defende-se, assim, ao longo da obra, que a perspetiva temporal deve ser entendida como um processo dinâmico marcado por avanços e recuos que refletem a diversidade de leituras sobre os eventos e agentes históricos.

Uma vez compreendida a natureza da narrativa historiográfica, bem como os critérios que orientam a seleção de eventos, autores e teorias que integram as histórias da linguística, impõe-se a necessidade de problematizar o papel dos documentos e textos enquanto fontes históricas, questão que Batista aborda, de forma mais aprofundada, entre as páginas 59 e 71 da obra objeto de recensão. Não parece suscitar grande contestação a ideia de que a construção de uma narrativa histórica assenta em dados provenientes de fontes criteriosamente selecionadas pelos historiadores. Durante o século XIX, a História enquanto disciplina académica, atribuía a essas fontes um carácter de "verdade absoluta". Nesse enquadramento, o historiador via-se relegado a interpretar um papel secundário, limitado à recolha de factos, datas, protagonistas e outros elementos considerados relevantes para a narrativa histórica. Os documentos, pelo contrário, eram considerados fontes autoexplicativas que dispensavam qualquer mediação interpretativa. Contudo, com o advento do século XX, esta visão começou a ser

profundamente questionada. A ideia de que os documentos históricos eram inquestionáveis foi sendo progressivamente substituída por uma abordagem mais crítica. As fontes passaram a ser entendidas como testemunhos de problemáticas específicas, cuja compreensão exigia, e exige, uma análise contínua, uma revisão constante e, por vezes, até a rejeição de interpretações anteriores.

Neste novo paradigma, o historiador recupera o seu protagonismo no processo de construção historiográfica, dando a conhecer aos seus pares e ao público em geral o seu ponto de vista. Esta reconfiguração do papel do historiador exige que se substitua a noção de objetividade absoluta por uma conceção de objetividade relativa, uma vez que a formação, interesses e recorte temporal selecionado por esse historiador influenciam, inevitavelmente, o seu posicionamento analítico. A suposta "liberdade interpretativa" que se lhe reconhece tem contudo limites; limites estes que, por mais paradoxal que possa parecer, o protegem de "possíveis desvios e incongruências de julgamentos" (Batista 2025, 62). Isto é, como nos recorda Batista,

o recurso a uma documentação (fontes históricas) isenta em alguma medida o historiógrafo de um aspecto negativo em torno do caráter narrativo das análises, pois o que é analisado deverá ser legitimado pelas fontes e pela comunidade científica e cultural (2025, 62).

A presença da subjetividade no processo de compreensão da narrativa histórica é esperada e admitida. No entanto, essa subjetividade não pode resvalar para a distorção do conhecimento ou para a arbitrariedade interpretativa. É precisamente na relação crítica com as fontes históricas — e na responsabilidade com que estas são interpretadas — que se salvaguarda a integridade do historiador e o respeito pelo rigor do seu ofício.

Cada vez mais conscientes da responsabilidade que acompanha o ato de problematizar o passado, somos levados a reconsiderar a própria definição de fonte histórica. Suportando a sua argumentação em autores como Barros (2019) ou Kragh (2001[1987]), Batista procura mostrar, no âmbito da resposta à 3.^a pergunta — *De onde vêm os dados para uma história da linguística?* —, que os vestígios do passado, enquanto manifestações materiais da ação humana, só adquirem estatuto de fonte quando são ativados pela análise e interpretação do historiador. Dito de outro modo, é o olhar de quem os interroga que lhes dá materialidade. Ao abordar a questão das fontes, o mesmo propõe, também, uma leitura que desafia os enquadramentos convencionais. Ou seja, a tradicional dicotomia entre fontes primárias e secundárias, bem como a distinção entre fontes simbólicas e não simbólicas, é aqui submetida a um escrutínio que revela a sua insuficiência enquanto critério absoluto de valor. O autor recusa a ideia de uma hierarquia estanque entre tipos de documentos, defendendo antes uma abordagem funcional e contextualizada, onde a relevância de cada fonte se define em função da problemática investigada. Esta perspetiva implica uma reconfiguração do papel

do historiador: mais do que um mero organizador de dados, como havíamos referido antes, o mesmo é visto como um intérprete que constrói sentido a partir de materiais diversos, muitas vezes dispersos e desvalorizados pelas abordagens tradicionais. No seguimento do anterior, as gramáticas escolares, as anotações pessoais, a ata de uma reunião pedagógica ou uma fotografia da época, por exemplo, podem assumir centralidade sempre que forem capazes de esclarecer aspectos pertinentes da história da linguística.

Como pudemos constatar, a etapa de seleção e organização das fontes constitui o ponto de partida para a elaboração de uma narração historiográfica, condicionando igualmente, e de forma decisiva, as fases subsequentes: problematização do conteúdo e apresentação dos resultados da investigação, que serão analisadas por Batista num momento seguinte, nomeadamente entre as páginas 73 e 83.

A metodologia seguida no campo da historiografia linguística é moldada pelas exigências colocadas pelas temáticas e pelos desafios próprios do período histórico em análise. São essas mesmas questões que, como já referimos, orientam a pesquisa, determinando a seleção, a ordenação e a valorização das fontes que contribuirão para a compreensão do objeto de estudo. A esta etapa segue-se a leitura atenta, a escolha criteriosa dos excertos a considerar, a definição dos conceitos teóricos a aplicar, a identificação dos parâmetros (internos e externos), bem como a delimitação dos efeitos e condicionamentos impostos pelos contextos em que o saber linguístico é produzido e difundido. Ao longo de todo este processo, o historiador deve manter uma atitude de abertura intelectual, reconhecendo que a procura e seleção de fontes implicam aprendizagens constantes, e estar preparado para enfrentar os impasses e retrocessos inerentes à investigação documental. Esta postura crítica e flexível é igualmente indispensável no momento de avaliar a legitimidade dos documentos recolhidos e o valor das evidências que estes oferecem, tendo sempre em vista as problemáticas formuladas e a solidez da interpretação histórica que se pretende construir.

Já tínhamos reconhecido previamente que o valor atribuído às fontes resulta, em grande medida, de um juízo subjetivo. Ainda que se espere que a análise histórica se oriente para a compreensão do passado, centrando-se nas inquietações e expectativas dos atores do seu tempo, é inevitável que as preocupações e motivações do historiador, enraizadas no seu presente, influenciem a forma como essas evidências — enquanto vestígios históricos — são selecionadas e interpretadas. Contudo, como nos adverte Vivien Law (2003), de quem se socorre Batista, o mesmo deve evitar anacronismos, ou seja,

the kind of answer that one gives to a "Why?" question depends very much on the intellectual climate of the time. It is coloured by the cargo of assumptions and prejudices that we all carry around with us. To become a good historian it is essential to become aware of these assumptions, or of as many of them as possible. Only if you are aware of at least a few of your

own assumptions can you begin to understand someone else's way of thought — a way of thought which might be based upon quite different assumptions (2003, 4-5).

Para além da necessidade de compreender os modos de pensar o passado nas suas próprias diretrizes, destaca-se, também, a necessidade de verificar a originalidade do tema, a confirmação do acesso a fontes primárias, a seleção criteriosa dos autores de apoio e a avaliação da pertinência do objeto de análise para uma abordagem historiográfica. Acresce, por último, a importância de aferir se o trabalho se encontra suficientemente amadurecido para ser apresentado.

Uma vez analisados os aspectos práticos e éticos da investigação historiográfica, somos convidados por Batista a refletir sobre a forma como deve ser problematizado o conteúdo histórico. Na fase subsequente à seleção e organização das fontes — interpretação —, o historiador deve formular perguntas orientadoras para os materiais por si escolhidos tendo sempre presente a interdependência entre as dimensões cognitiva, social e temporal do conhecimento. Estas questões devem incidir sobre as três instâncias fundamentais previamente enunciadas: produção, circulação e receção do saber linguístico. No domínio da produção, importa compreender, como nos vai lembrando o autor, os fundamentos teóricos que sustentam as abordagens às línguas; os métodos que lhes estão associados; os materiais privilegiados para a análise e o tipo de conhecimento que se pretende explorar (2025, 79). Relativamente ao plano social, a atenção deve incidir sobre os agentes envolvidos, mais concretamente, sobre a forma como estes atuam; divulgam as suas propostas; se inserem nos climas de opinião; se organizam internamente e se relacionam com outros grupos. É ainda importante que se tenham em consideração os valores que partilham, enquanto grupo, e que os distinguem de outros conjuntos. Já no eixo temporal, impõe-se, como vamos percebendo mediante as questões orientadoras formuladas por Batista, uma reflexão sobre a forma como o conhecimento se inscreve no tempo. Isto é, será a cronologia concebida como linear, ou poderá ser admitida uma lógica circular, marcada por permanências, ruturas e esquecimentos? Estará essa temporalidade condicionada pela seleção do historiador? Com que critérios se definem os marcos iniciais e finais da análise? Inspirando-nos na abordagem interrogativa que estrutura a obra em estudo, também nós, na qualidade de professores, investigadores ou simples interessados nas questões que envolvem o conhecimento linguístico, nos vamos colocando questões que revelam não apenas o amadurecimento do nosso olhar, mas também uma crescente consciência crítica face às narrativas historiográficas, que tomamos, por vezes, como neutras e objetivas.

Por último, ao construir as mencionadas narrativas historiográficas, e no seguimento das fases antes descritas, o investigador deve escolher o formato mais adequado à exposição da sua análise — sendo "o mais comum [...] o da narrativa

[...], ainda que outros modos de exposição (...) sejam possíveis" (Batista 2025, 81) —, consciente de que esta refletirá, através da linguagem, os sentidos que foram por si atribuídos aos acontecimentos examinados. A dimensão interpretativa, inevitavelmente retórica e persuasiva, deve assentar, no entanto, em critérios metodológicos rigorosos, no sentido de se evitar distorções motivadas por crenças pessoais.

Concluída a travessia pela casa que nos ensinou a sempre interrogar as formas de narrar uma história, encaminhamo-nos para a porta por onde entrámos. Antes, porém, cumpre-nos refletir sobre uma última pergunta: *Para que servem histórias da linguística?*

A compreensão da história da linguística não se limita à curiosidade pelo passado, mas constitui um exercício fundamental para entender os saberes que se constroem nas sociedades ao longo do tempo. Melhor dito, a produção do conhecimento linguístico é, por natureza, um processo coletivo, enraizado em contextos históricos, sociais e culturais específicos. Batista considera, por conseguinte, que a história do conhecimento sobre a linguagem deve ocupar um lugar central na formação dos estudantes de Letras, dado que a imersão nas problemáticas linguísticas de outros tempos, a par do contacto com as propostas que marcaram diferentes épocas e com os desafios que se colocaram aos investigadores enriquece o trabalho científico atual. A ausência desse conhecimento histórico traduz-se, segundo o mesmo, em lacunas formativas significativas.

No domínio da Historiografia Linguística, revisitar o passado constitui para o autor uma prática investigativa que transcende a simples evocação da memória. Trata-se de reconhecer que muitas das nossas abordagens atuais assentam em ideias anteriormente formuladas, sendo necessário estabelecer, por isso, conexões entre tempos diversos, mesmo que essas conexões se revelem fragmentadas ou descontínuas. Constatata-se, sem grande dificuldade, que Batista rejeita a ideia de uma história da linguística feita de verdades absolutas ou de narrativas imutáveis. Em vez disso, o mesmo propõe uma leitura crítica que recuse a reverência passiva e a aceitação acrítica da tradição. A ciência deve ser, mais do que um espaço de unidade e/ou segurança, um terreno fértil para a inquietação e o questionamento permanentes — características que alimentam a vontade contínua de aprender e aprofundar o conhecimento por parte do investigador.

Batista, ao longo da obra, revela uma postura coerente e fundamentada, procurando sempre justificar os seus pontos de vista. Esta atitude, visível desde as primeiras páginas, é novamente confirmada na parte final, onde o autor recorre a vários argumentos de autoridade, apoiando-se em citações, diretas ou indiretas, de figuras influentes da filosofia, como Aristóteles, Alain e Nietzsche, bem como das artes plásticas, como Georges Braque.

Antes de nos abrir a porta, e recorrendo de novo a Koerner (1999), Batista reforça a ideia de que o papel do linguista vai além da projeção do futuro. Implica, igualmente, a capacidade de revisitar o passado, compreender os fundamentos da disciplina e reconhecer os processos históricos que contribuíram para a sua configuração atual.

Cinco perguntas sobre histórias da linguística é uma obra que nos convida a assumir uma postura mais reflexiva e menos conformista face ao conhecimento. Longe de oferecer respostas fechadas, a mesma desafia o leitor a reavaliar os pressupostos que sustentam a historiografia linguística. Com uma estrutura clara e acessível, mas conceptualmente exigente, Batista conduz uma reflexão aprofundada sobre os modos de narrar o percurso da disciplina. A sua contribuição revela-se, assim, importante no contexto da formação em linguística, ao incentivar uma atitude interrogativa e consciente face ao saber produzido.

Referências bibliográficas

- Barros, José D'Assunção. 2019. *Fontes Históricas Introdução Aos Seus Usos Historiográficos*. Petrópolis: Vozes.
- Bourdieu, Pierre. 2004. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*, trad. D. B. Catani de conferência realizada em Paris, março de 1997. São Paulo: Editora UNESP.
- Burke, Peter (org.). 1992. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP.
- Koerner, Konrad. 1978. *Toward a Historiography of Linguistics - selected essays*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- Koerner, Konrad. 1999. "What is the History of Linguistics Good for?". En: *Beiträge zur Geschichte der Sprachwissenschaft* 9.2, 209-230.
- Kragh, Helge. 2001 [1987]. *Introdução à Historiografia da Ciência*, trad. C. G. Babo da ed. em inglês. Porto: Porto Editora.
- Law, Vivien. 2003. *The History of Linguistics in Europe from Plato to 1600*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Murray, Stephen O. 1994. *Theory groups and the study of language in North America: a social history*. Amsterdam: J. Benjamins.
- Swiggers, Pierre. 2010. "História e Historiografia da Linguística: status, modelos e classificações". En: *Eutomia. Revista Online de Literatura e Linguística* III.2, s/p.
- Swiggers, Pierre. 2013. "A historiografia da linguística: Objeto, objetivos, organização". En: *Confluência* 44-45, 39-59.

Cláudia Maria Silva Soares

Departamento de Estudios Portugueses y Estudios Románicos

Facultad de Letras

Universidad de Oporto

Vía Panorámica s/n (TORRE A)

4150-564 Oporto (Portugal)

up199703127@edu.letras.up.pt